

Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo

PPA 2024-2027
Ano II • 2025

Volume II
Desempenho
por Órgão



GOVERNO DO ESTADO





Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo

PPA 2024-2027
Ano II • 2025

Volume II

Desempenho
por Órgão



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA



PGE
PROCURADORIA
GERAL DO
ESTADO

Desempenho por Órgão

Procuradoria Geral do Estado





JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

GERALDO JÚNIOR

Vice-Governador

MAURICIO WEIDGENANT

Chefe do Gabinete do Governador

AFONSO BANDEIRA FLORENCE

Secretário da Casa Civil

CEL. PM ADALBERTO OLIVEIRA PITON DA SILVA

Chefe da Casa Militar do Governador

BÁRBARA CAMARDELLI LOI

Procuradora Geral do Estado da Bahia

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Secretário do Planejamento

RODRIGO PIMENTEL DE SOUZA LIMA

Secretário da Administração

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Secretário da Fazenda

JOSÉ CARLOS SOUTO DE CASTRO FILHO

Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

PABLO RODRIGO BARROZO DOS ANJOS VALE

Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

FABYA DOS REIS SANTOS

Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

MARCIUS DE ALMEIDA GOMES

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

MARCUS VINICIUS DI FLORA

Secretário de Comunicação Social

BRUNO GOMES MONTEIRO

Secretário de Cultura

ANGELO MARIO CERQUEIRA DE ALMEIDA

Secretário de Desenvolvimento Econômico

OSNI CARDOSO DE ARAÚJO

Secretário de Desenvolvimento Rural

JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA

Secretária de Desenvolvimento Urbano

ROWENNA DOS SANTOS BRITO

Secretária da Educação

SAULO FILINTO PONTES DE SOUZA

Secretário de Infraestrutura

LARISSA GOMES MORAES

Secretária de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

FELIPE DA SILVA FREITAS

Secretário de Justiça e Direitos Humanos

EDUARDO MENDONÇA SODRÉ MARTINS

Secretário do Meio Ambiente

NEUSA CADORE

Secretária de Políticas para as Mulheres

ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES

Secretária de Promoção da Igualdade Racial e
dos Povos e Comunidades Tradicionais

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

Secretário de Relações Institucionais

MARCELO WERNER DERSCHUM FILHO

Secretário da Segurança Pública

ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA

Secretária da Saúde

AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

LUÍS MAURÍCIO BACELLAR BATISTA

Secretário de Turismo



JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Secretário de Planejamento – SEPLAN

DILMA SANTANA DE JESUS

Chefe de Gabinete – SEPLAN

JOSÉ ACÁCIO FERREIRA

Diretor Geral – SEI

MILTON DE SOUSA COELHO FILHO

Superintendente de Gestão Estratégica – SGE

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA

Coordenador do Relatório

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE/SEPLAN

MILTON DE SOUSA COELHO FILHO
Superintendente de Gestão Estratégica

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA
Diretor de Avaliação de Políticas Públicas

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO
Diretora de Monitoramento Estratégico

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SPE/SEPLAN

RANIERI MURICY BARRETO
Superintendente de Planejamento Estratégico

NICIA MOREIRA DA SILVA SANTOS
Diretora de Planejamento de Políticas Sociais

THIAGO REIS GÓES
Diretor de Planejamento de Políticas Públicas Econômica e de Infraestrutura

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO – SPO/SEPLAN

NINON FONSECA DA SILVA FERNANDES
Superintendente de Orçamento Público - SPO

CÉSAR BARBOSA
Diretor de Informações e Sistematização Orçamentária

CINTIA MARIA DEIRÓ
Diretora de Programação Orçamentária - Área Institucional

LUIZ CARLOS GUIMARÃES C. LIMA JÚNIOR
Diretor de Programação Orçamentária das Áreas Econômica e de Infraestrutura

ROSANA SANTANA DOURADO
Diretora de Programação Orçamentária - Área Social

SUPERINTENDÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS –SPF/SEPLAN

LUIZA AMÉLIA GUEDES MACHADO MELLO
Superintendente de Captação de Recursos Financeiros

PAULO TADEU GASPAR DE FREITAS
Diretor de Operações de Crédito

LEONARDO ANDRADE RIBEIRO
Diretor de Transferências da União e Parcerias Financeiras

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ARTICULAÇÃO PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS – CEPT/SEPLAN

THIAGO DOS SANTOS XAVIER
Coordenador Executivo

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA - SEI

JOSÉ ACÁCIO FERREIRA
Diretor Geral

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO
Diretor de Indicadores e Estatística

RODRIGO BARBOSA DE CERQUEIRA
Diretor de Pesquisas

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA

Coordenador do Relatório

TÉCNICOS DA SEPLAN

ADRIANO SAMPAIO LEÃO

ALACIR DANTAS

ALEXANDRE SANTOS RIBEIRO

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA

DAIANNA SANTOS RIGAUD

CARLOS ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS

DANIELA TOSTA DE BRITO SENNA

EDUARDO AUGUSTO SANTOS BRITO

EDNA SILVA CONCEIÇÃO

ENÉZIO DE DEUS SILVA JÚNIOR

FABIANE LOUISE BITENCOURT PINTO

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN

HILBERTO CRUZ DO CARMO

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA

JOÃO TEIXEIRA DOS SANTOS

JORGE ALEXANDRE ROSA DE MOURA

JOSÉ LANDIM FILHO

LARA SOUSA MATOS

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS

LUIZ CARLOS SANTANA FILHO

MÁGILA SOUZA SANTOS

MARCELO MENEZES CORDEIRO

MARIA DALVA MOTA CUNHA

MATHEUS SENA

NATACHA DALTRO BASTOS

PATRÍCIA OLIVEIRA BORGES DA SILVA ALMEIDA

SAANE SANTANA TANCREDO NOGUEIRA

SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO

SIDNEY SILVA SANTOS

VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO

VERENA DE CARVALHO RAMOS

TÉCNICOS DA SEI

ARTHUR SOUZA CRUZ JÚNIOR

CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO

CAROL VIEIRA

DENIS VELOSO

ELISSANDRA ALVES BRITO

GABRIEL OLIVEIRA BARBOSA

JOÃO PAULO CAETANO SANTOS

LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO

LUIZ FERNANDO ARAÚJO LOBO

LUIZ MÁRIO RIBEIRO VIEIRA

MARÍLIA JANE CAMPOS

ROSANGELA CONCEIÇÃO

COLABORADORES

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA

Assessor de Planejamento e Gestão

KALYANNE BRAZ AYRES MENDES

Diretora Geral da Seplan

LUCAS PONDÉ

Assessor de Comunicação da Seplan

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB

ARINO HENRIQUE SANTOS OLIVEIRA

DANIEL ABREU NETTO

ERICO ROGERIO VASCONCELOS RIBEIRO

GRIMALDO LOPES DE OLIVEIRA

MARCELO JORGE PEREIRA DA LUZ

MARCIO OLIVEIRA DA FRANCA

NAÉLITON ALVES DE SOUSA

ASSESSORES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – APG

LITZA GUIMARÃES LOPES
Casa Civil

MAURO VIRGÍLIO CAMPOS DE OLIVEIRA
Procuradoria Geral do Estado da Bahia – PGE

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA
Secretaria do Planejamento – SEPLAN

WILSON MOREIRA CARDOSO
Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB

SIZENANDO GONZAGA DA CUNHA FILHO
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ

RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS MAGALHÃES
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

GABRIELE BATISTA VIEIRA
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH

FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA BASTOS
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES

SIMONE MARIA DE FIGUEIREDO SOUZA ARAÚJO
Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR

RONEY MARCOS PIRES OLIVEIRA
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e
Aquicultura – SEAGRI

DIEGO PITANGA DOS SANTOS
Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP

SUELI CARVALHO DE MIRANDA
Secretaria de Educação – SEC

NOEME PINTO COSTA CERQUEIRA
Secretaria de Comunicação Social – SECOM

EDSON VALADARES
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

CHARLES FAGUNDES
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT

FLÁVIA MARIA TENÓRIO BARBOSA DE DEUS BARROS
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR

ROSE MARIE RAMOS GÓIS
Secretaria de Infraestrutura da Bahia – SEINFRA

EUMAN JODAFE NUNES FERNANDES
Secretaria do Meio Ambiente – SEMA

EVERALDO AUGUSTO DA SILVA
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI

LUIZ LAVIGNE VASCONCELLOS FILHO
Secretaria de Relações Institucionais – SERIN

EMANUELE FIGUERÊDO BARBOSA
Secretaria da Saúde – SESAB

TIAGO SÁ TELES CORDEIRO
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE

RISETE MENDES
Secretaria de Turismo do Estado da Bahia – SETUR

ANDREA CARVALHO
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS

LUCY CIRNE
Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM

SILVANA SALOMÃO GÓES FONTES
Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP

SUMÁRIO

VOLUME II - Anexo III

DESEMPENHO POR ÓRGÃO	12
1. Órgão: Procuradoria Geral do Estado - PGE	12
1.1 Destaques das Ações de Governo.....	13
1.2 Desempenho dos Indicadores de Compromisso	14
1.2.1. Desempenho dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades	17
1.2.2. Desempenho dos Indicadores de Compromisso – Oportunidade de Melhoria	18
1.3 Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física	20
1.3.1. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Avanços e Conformidades.....	30
1.3.2. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidade de Melhoria	34
1.3.3. Índice das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e da Previsão dos Restos a Pagar	60



DESEMPENHO POR ÓRGÃO

Neste capítulo do Relatório de Avaliação, será apresentado de forma detalhada o desempenho dos Órgãos na execução dos Programas do PPA 2024-2027 no ano corrente. Serão levados em consideração a evolução dos Indicadores de Programa, a eficácia das metas dos Indicadores de Compromisso, o desempenho da execução orçamentária-financeira e da execução física das Ações orçamentárias.

Adicionalmente, serão apresentadas as execuções orçamentário-financeiras e físicas de cada Território de Identidade e das prioridades da LDO. O relatório destaca também os principais resultados alcançados, evidenciando os avanços e conformidades, além das oportunidades de melhoria. A análise engloba os programas e seus componentes conforme segue:

1. Órgão: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Órgão: PGE

Finalidade: Tem como finalidade receber, encaminhar e acompanhar sugestões, reclamações, informações, denúncias e elogios dos cidadãos referentes aos serviços públicos estaduais, de forma humanizada e eficiente.

Eixo/Programa	Indicadores de Programa	Compromissos	Indicadores de Compromisso	Iniciativas	Ações Orçamentárias
004 - 412 - Trabalho Decente	-	-	-	-	2
013 - 440 - Planeja Bahia	-	1	1	6	9
013 - 441 - Gestão Fiscal	-	1	1	1	1

Eixo/Programa	Indicadores de Programa	Compromissos	Indicadores de Compromisso	Iniciativas	Ações Orçamentárias
013 - 442 - Gestão de Serviços Públicos	-	-	-	1	1
013 - 444 - Bahia Participativa	-	-	-	1	1
013 - 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	-	-	-	-	3

I.1 Destaques das Ações de Governo

Os Destaques das Ações de Governo compreendem um resumo analítico destacando as realizações relevantes do ano e acumulado ao longo do PPA na execução do Programa temático pelo órgão em análise. O quadro permite uma compreensão clara e sintética do progresso obtido em cada Programa e estimula a transparência na divulgação dos resultados alcançados pelo órgão.

Destaques das Ações de Governo
Órgão: PGE
Programa: 441 - Gestão Fiscal
Destaque: Governo Avança na Cobrança de Dívida com Data Intelligence e Tecnologia A implementação da sistemática de Data Intelligence, através de um Data Lake, está transformando a gestão da Dívida Ativa ao oferecer uma análise integrada dos dados. Este sistema possibilita a geração de informações descritivas, proporcionando uma visão clara e detalhada do montante total da dívida e sua distribuição por diversos parâmetros. Como resultado, destaca-se a criação de um modelo de rating, que classifica os débitos de acordo com a probabilidade de recuperação, permitindo uma alocação mais estratégica dos esforços de cobrança. Além disso, o Programa de Transformação Digital da Dívida Ativa, estruturado em três eixos principais, está modernizando e otimizando a gestão da dívida. O primeiro eixo, já implementado, é um chatbot generativo que permite a interação em linguagem natural com as informações do Data Lake, ampliando o acesso e a transparência dos dados. O segundo eixo é o Portal da Dívida Ativa, que oferece novos serviços a cidadãos e empresas, como consultas, pedidos de transação fiscal e atendimento digital integrado. O terceiro eixo, em fase de modelagem, é uma plataforma de automação de processos que visa otimizar os fluxos de cobrança, promovendo maior agilidade e eficiência operacional. Essas iniciativas contam com o apoio financeiro do PROFISCO II, crucial para impulsionar o uso de tecnologia e práticas de gestão estratégica.

Destaques das Ações de Governo

Órgão: PGE

Programa: 442 - Gestão de Serviços Públicos

Destaque: Digitalização de Documentos Impulsiona Agilidade e Economia

Em 2025, a Coordenação de Arquivo avançou significativamente na implementação da Gestão Documental, um esforço voltado para a transformação de documentos físicos em digitais. Este projeto estratégico visou agilizar o resgate de informações críticas para a tomada de decisões institucionais. Um marco deste processo foi a digitalização de aproximadamente 1.601.753 imagens de Processos Administrativos Fiscais, que agora são acessíveis por meio de um sistema disponibilizado por uma empresa contratada. Esta iniciativa não apenas promoveu eficiência operacional, mas também contribuiu para a preservação do patrimônio documental da Procuradoria Geral do Estado. A digitalização e avaliação dos documentos também se mostraram essenciais para a otimização do armazenamento, preservando a memória institucional e reduzindo custos associados à guarda de documentos físicos. Em termos de investimento, a ação orçamentária voltada para a Preservação do Acervo Documental da Procuradoria resultou em uma liquidação de valores na ordem de R\$ 1.551.076.

1.2 Desempenho dos Indicadores de Compromisso

A eficácia compreende a verificação, em cada exercício do PPA, do percentual de atingimento da meta do exercício em relação ao valor apurado e planejado do Indicador de Compromisso, com base nas informações registradas no processo de acompanhamento. Após os cálculos da eficácia, os resultados são agrupados por faixas de desempenho. Assim, se a eficácia for menor ou igual a 30%, é considerado desempenho muito baixo; se for maior que 30% e menor ou igual a 50%, é considerado baixo; se for maior que 50% e menor ou igual a 70%, é considerado regular; se for maior que 70% e menor ou igual a 90%, é considerado bom; se for maior que 90% e menor ou igual a 130%, é considerado ótimo; e se for maior que 130%, é considerado desempenho indeterminado. O indicador de compromisso é considerado apto para a avaliação quando é possível avaliar o seu desempenho. O quadro a seguir apresenta a situação do indicador em relação a sua disponibilidade para avaliação e o desempenho do conjunto de Indicadores de Compromisso de cada Programa do PPA 2024-2027, no exercício corrente.

Órgão: PGE

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programas do PPA/Ano	Situação para Avaliação			Desempenho (%)						Não Apto (%)
	Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	

440 - Planeja Bahia

2025	1	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
------	---	---	---	------	------	------	------	--------	------	------

441 - Gestão Fiscal

2024	1	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
------	---	---	---	------	------	------	------	------	--------	------

2025	1	1	0	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
------	---	---	---	--------	------	------	------	------	------	------

Visando qualificar as informações obtidas na apuração, a evolução do Indicador de Compromisso deverá ser explicada a partir da indicação do principal motivo que influenciou ou justificou seu comportamento no exercício de análise, segundo seu desempenho, desdobrados em motivos da superação e motivos do não atingimento. O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para o atingimento do valor planejado das metas dos Indicadores de Compromisso, em cada exercício do período quadrienal (nos anos I, II e III, o parâmetro utilizado como valor planejado do indicador é o valor da pretensão anual e no ano IV, é o valor da meta do PPA).

Órgão: PGE

Motivos que contribuíram para superar o valor planejado do Indicador de Compromisso

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
440 - Planeja Bahia		
OUTRO MOTIVO	-	1 (100,00%)
441 - Gestão Fiscal		
OTIMIZAÇÃO/ APRIMORAMENTO DE ESTRATÉGIAS OU FORMAS DE ATUAÇÃO	1 (100,00%)	-

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para o não atingimento do valor planejado das metas dos Indicadores de Compromissos, em cada exercício do período quadrienal (nos anos I, II e III, o parâmetro utilizado como valor planejado do indicador é o valor da pretensão anual e no ano IV, é o valor da meta do PPA)

Órgão: PGE

Motivos que contribuíram para o não atingimento do valor planejado do Indicador de Compromisso

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
441 - Gestão Fiscal		
OUTRO MOTIVO	-	1 (100,00%)

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

A regionalização das metas do Plano Plurianual (PPA) visa garantir que as políticas públicas sejam adaptadas às especificidades de cada Território de Identidade. Essa regionalização permite que os recursos sejam distribuídos de maneira mais equitativa, atendendo às necessidades locais e promovendo o desenvolvimento regional. Isso também facilita o monitoramento e a avaliação dos resultados, assegurando que as ações planejadas estejam realmente contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população em cada território. O Quadro a seguir demonstra o total de indicadores com metas territorializadas e seu desempenho. O normativo legal orienta que a meta seja regionalizada, contudo, quando isto não é possível em função de indivisibilidade da ação governamental, atribui-se o Estado como unidade territorial, que deve representar uma exceção.

Órgão: PGE

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	
440 - Planeja Bahia											
	2025	1	0	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
441 - Gestão Fiscal											
Estado	2024	1	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Estado	2025	1	0	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	

1.2.1. Desempenho dos Indicadores de Compromisso - Avanços e Conformidades

A efetividade compreende a verificação, em cada exercício do PPA, do percentual de alcance da meta do exercício em relação ao valor apurado e planejado do Indicador de Compromisso, baseado nas informações registradas no processo de acompanhamento. Após os cálculos da efetividade, os resultados são agrupados em faixas de desempenho. O quadro a seguir mostra o Indicador de Compromisso com desempenho superior a 70% e igual ou inferior a 90%, considerado bom; e se for superior a 90% e igual ou inferior a 130%, considerado ótimo. Além disso, mostra se a execução orçamentário-financeira e física das ações orçamentárias associadas às iniciativas do Indicador de Compromisso também apresenta desempenho bom ou ótimo, evidenciando compatibilidade entre o desempenho do Indicador de Compromisso e a execução das ações orçamentárias. O quadro também apresenta o montante de recursos associados ao Indicador de Compromisso, as características desse indicador, bem como o comportamento da regionalização da meta e os motivos que contribuíram para o seu alcance no ano e quanto ao cumprimento da Meta do PPA.

Polaridade	Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta
------------	-------------------	---------------	-------------------	---------------------	------

Positiva		%		Processo		2024		25,20		26,00	
Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira					
						Conceito	Compatibilidade				
2025	26,00	26,70	102,69	Ótimo	17,46	Muito Baixo	Não				
Ano	Motivo da Evolução		Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado								
2025	OUTRO MOTIVO		O resultado se justifica a partir do estímulo institucional para a utilização.								
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta											
O valor apurado supera a meta prevista para o referido indicador, refletindo o esforço institucional em atender ao compromisso firmado e apurá-la a partir de dados qualificados.											
Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso											
Território		Meta		Valor Apurado			Eficácia (%)				
				Classificação							
-				-			-				
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso											
Nome da Iniciativa				Execução Orçamentário-financeira (Conceito)			Execução Física (Conceito)				
				2024	2025		2024	2025			
0002 - Aprimorar o enfrentamento da litigiosidade mediante adoção de outros meios adequados de resolução de conflitos, inclusive com a criação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos da Administração Pública Estadual				-	Muito Baixo		-	Muito Baixo			

I.2.2. Desempenho dos Indicadores de Compromisso – Oportunidade de Melhoria

Em contraponto ao apresentado na seção anterior. O quadro a seguir mostra o Indicador de Compromisso com desempenho inferior a 70% ou superior a 130%. São os indicadores considerados com desempenho regular, baixo, muito baixo ou indeterminado. Além disso, o Quadro também mostra se a

execução orçamentário-financeira e física das ações orçamentárias associadas às iniciativas do Indicador de Compromisso apresenta desempenho igual ou inferior ao regular, evidenciando compatibilidade ou incompatibilidade entre o desempenho do Indicador de Compromisso e a execução das ações orçamentárias. O Quadro também apresenta o montante de recursos associados ao Indicador de Compromisso, as características desse indicador, bem como o comportamento da regionalização da meta e os motivos que contribuíram para o seu alcance no ano, assim como o cumprimento da Meta do PPA. As oportunidades de melhoria são evidenciadas caso a eficácia não seja classificada como boa ou ótima ou a execução orçamentário-financeira seja diferente de boa ou ótima, ou não haja compatibilidade entre a eficácia do Indicador de Compromisso e a execução orçamentário-financeira das ações orçamentárias associadas.

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Órgão: PGE

Programa: 441 - Gestão Fiscal

Compromisso: 2 - Potencializar a recuperação da dívida ativa do Estado

Indicador de compromisso: 0001 - Taxa de recuperação da dívida ativa

Polaridade		Unidade de medida		Classificação	Ano de Referência		Valor de Referência		Meta		
Positiva		%		Processo		2022		1,00		1,00	
Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira					
						Conceito	Compatibilidade				
2024	1,00	1,68	168,00	Indeterminado	154,59	Baixo	Não				
2025	1,00	0,00	0,00	Muito Baixo	171,05	Baixo	Não				
Ano	Motivo da Evolução			Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado							
2024	OTIMIZAÇÃO/ APRIMORAMENTO DE ESTRATÉGIAS OU FORMAS DE ATUAÇÃO			Eficiência das ações de cobrança e o Programa REFIS.							
2025	OUTRO MOTIVO			Pela implementação dos programas de REFIS do Petróleo e Gás e do IPVA							
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta											

O valor apurado em 2025 supera a Meta estabelecida para o Indicador do PPA, resultado diretamente influenciado pela aprovação dos programas de regularização de débitos: REFIS do setor de Petróleo e Gás (Lei Estadual nº 14.936, de 26/06/2025) e REFIS do IPVA (Lei Estadual nº 14.971, de 08/09/2025). Tais programas impactaram positivamente a recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa, ampliando os resultados no exercício.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso					
Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025
Estado	-	-	2,35	-	-
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso					
Nome da Iniciativa		Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
		2024	2025	2024	2025
0001 - Aperfeiçoar as ações de cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa		Baixo	Baixo	Baixo	Ótimo

1.3 Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física

O índice de execução orçamentário-financeira é o percentual de execução orçamentário-financeira das Ações Orçamentárias, levando em consideração o valor liquidado em relação ao valor orçado ao final do exercício. Por outro lado, o Índice de Execução Física é o percentual de execução física das Ações Orçamentárias, calculado com base na quantidade programada na LOA e concluída (soma das entregas com e sem pendência) em relação à quantidade programada na LOA ao final do exercício. Durante a análise da execução orçamentária-financeira e física das Ações Orçamentárias, elas são agrupadas em faixas de desempenho. Dessa forma, se o índice de execução for menor ou igual a 30%, é considerado desempenho muito baixo; se for maior que 30% e menor ou igual a 50%, é considerado baixo; se for maior que 50% e menor ou igual a 70%, é considerado regular; se for maior que 70% e menor ou igual a 90%, é considerado bom; se for maior que 90%, é considerado ótimo. O quadro a seguir mostra o desempenho das execuções orçamentário-financeira e física do conjunto das Ações orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027, em cada exercício do período quadrienal, distribuído entre os montantes de recursos orçamentários previstos e executados e as respectivas faixas de desempenho.

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas, segundo o Órgão

Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)						Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
							Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	39.849,00	52.145,89	0,00	31.230,41	30.379,54	59,89	26,67	33,33	20,00	6,67	13,33	33,33	33,33	13,33	0,00	20,00
2025	46.255,00	57.246,17	0,00	34.212,60	34.211,82	59,76	37,50	18,75	18,75	6,25	18,75	43,75	25,00	0,00	6,25	25,00

Para a análise de compatibilidade entre as realizações e os recursos aplicados, são utilizadas métricas que visam demonstrar se as execuções orçamentário-financeiras e físicas têm uma execução equilibrada. Nas Ações Orçamentárias em que houver diferença entre a execução orçamentário-financeira e física maior que 30%, será registrado um motivo explicativo que ocasionou a não compatibilidade. O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para a ocorrência de não compatibilidade entre as execuções orçamentário-financeiras e físicas do conjunto das Ações Orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027 em cada exercício do período quadrienal.

Motivos que contribuíram ou favoreceram para a não compatibilidade entre as execuções orçamentário-financeira e física dos Programas do PPA, segundo o Órgão

Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025

Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada

-

10(100,00%)

Em conformidade com a Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que estabelece a política de desenvolvimento territorial da Bahia, o PPA 2024-2027 traz, além da regionalização das metas, uma abordagem territorial que considera a diversidade cultural, ambiental, econômica e social existente no Estado, e que possibilitou a participação social no ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas. Neste contexto, na execução do PPA, os recursos orçamentários e financeiros devem ser alocados nos Territórios de Identidade, ou em seus municípios integrantes, exceto quando o

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
				Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	62,05	1,55	2,49	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,67	0,00	0,00	0,00	33,33
2025	14,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	25,00	0,00	0,00	0,00
Metropolitano de Salvador													
2024	39.441,45	25.245,31	64,01	14,29	14,29	57,14	14,29	0,00	33,33	11,11	11,11	0,00	44,44
2025	40.586,38	26.622,75	65,60	28,57	14,29	42,86	0,00	14,29	30,00	20,00	0,00	10,00	40,00
Portal do Sertão													
2024	63,65	3,65	5,73	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,33	66,67	0,00	0,00	0,00
2025	64,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00
Sertão do São Francisco													
2024	60,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	14,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudoeste Baiano													
2024	60,50	0,03	0,05	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,67	33,33	0,00	0,00	0,00
2025	34,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	25,00	0,00	0,00	0,00

Visando fornecer informações detalhadas sobre o comportamento da execução orçamentário-financeira e física no contexto dos objetivos do Programa, o quadro abaixo demonstra o desempenho dessa execução por Compromisso do Programa, evidenciando o desempenho agregado do conjunto de ações orçamentárias associadas ao Compromisso.

Órgão: PGE

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Compromisso

Compromisso/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
440-C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado									
2024	22.443,00	29.121,50	0,00	20.953,78	20.266,52	71,95	Bom	53,45	Regular
2025	34.011,00	40.791,76	0,00	26.632,21	26.632,21	65,29	Regular	47,12	Baixo
441-C2 - Potencializar a recuperação da dívida ativa do Estado									
2024	370,00	358,65	0,00	154,59	154,59	43,10	Baixo	50,00	Baixo
2025	496,00	400,51	0,00	171,05	171,05	42,71	Baixo	100,00	Ótimo

A Iniciativa expressa a ação essencial do governo para consecução do Compromisso. Portanto, no quadro a seguir, são apresentados os dados sobre a execução orçamentário- financeira e física da Iniciativa, evidenciando o desempenho do conjunto das ações orçamentárias associadas à mesma.

Órgão: PGE

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
440-C13 - I0001 - Promover a advocacia preventiva									
2024	1.000,00	1.070,00	0,00	899,23	899,23	84,04	Bom	65,81	Regular
2025	1.056,00	980,52	0,00	878,36	878,36	89,58	Bom	38,41	Baixo
440-C13 - I0002 - Aprimorar o enfrentamento da litigiosidade mediante adoção de outros meios adequados de resolução de conflitos, inclusive com a criação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos da Administração Pública Estadual									
2024	933,00	933,00	0,00	37,93	37,93	4,07	Muito Baixo	30,66	Baixo
2025	1.469,00	1.519,00	0,00	17,46	17,46	1,15	Muito Baixo	20,98	Muito Baixo
440-C13 - I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)									
2024	17.710,00	23.766,41	0,00	18.444,77	17.758,13	77,61	Bom	75,00	Bom
2025	28.331,00	33.387,24	0,00	22.662,52	22.662,52	67,88	Regular	62,50	Regular
440-C13 - I0006 - Promover a implementação e integração de projetos de gestão de pessoas e gestão do conhecimento na Procuradoria Geral do Estado (PGE)									
2024	2.800,00	3.352,09	0,00	1.571,85	1.571,22	46,89	Baixo	32,00	Baixo
2025	3.155,00	4.905,00	0,00	3.073,87	3.073,87	62,67	Regular	43,41	Baixo
441-C2 - I0001 - Aperfeiçoar as ações de cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa									
2024	370,00	358,65	0,00	154,59	154,59	43,10	Baixo	50,00	Baixo

Órgão: PGE

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
2025	496,00	400,51	0,00	171,05	171,05	42,71	Baixo	100,00	Ótimo

O quadro a seguir mostra as iniciativas do programa para as quais houve programação de ação orçamentária. Assim, apresenta o relato sobre como essa iniciativa se relaciona com o alcance dos objetivos definidos nos Compromissos do Programa ou a situação da sua implementação.

Órgão: PGE

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
440-C13 - I0001 - Promover a advocacia preventiva	
2024	Aprovação no ano de 2024 do PL 25.326/2024 (institui a política de consensualidade do Estado da Bahia) e do PL 25.325/2024 (que trata da transação tributária); tais normas permitirão a efetiva implantação de câmaras de prevenção e resolução de Conflitos, bem como permitirão que a PGE esteja dotada de ferramentas e maior autonomia para desenvolver iniciativas de consensualidade e advocacia preventiva.
2025	Assinatura de termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça da Bahia visando, intercambio de dados e informações, interoperabilidade de sistemas, visando aprimorar a identificação e tratamento de demandas; Instalação do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais, criado por Decreto do Governador do Estado e presidido pela Procuradora Geral, visando, identificação prevenção e redução de demandas. Ampliação de reuniões técnicas com SAEB e SESAB, de forma a melhor identificar e monitorar possíveis demandas de saúde.
440-C13 - I0002 - Aprimorar o enfrentamento da litigiosidade mediante adoção de outros meios adequados de resolução de conflitos, inclusive com a criação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos da Administração Pública Estadual	

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
2024	Constituição de Grupo de Trabalho (portaria PGE n.º 050/2024) com o objetivo de realizar análises prévias sobre modelos jurídicos passíveis de adoção para aperfeiçoar procedimentos de regularização fundiária no Estado da Bahia e solucionar conflitos agrários, em especial no Oeste da Bahia, com estudos e levantamento de dados já em execução. Assinatura do Protocolo de Intenções que criou a Rede pela Consensualidade e Acesso à Justiça, composta pelas instituições integrantes do sistema de justiça, de forma a promover e incentivar ações no que se refere às práticas autocompositivas, especialmente, a mediação, a conciliação, a negociação e convenções processuais.
2025	Prosseguimento da construção de modelo jurídico mais adequado à regularização fundiária no Estado da Bahia e solucionar conflitos agrários, em especial no Oeste da Bahia, inclusive com reuniões envolvendo membros do Poder Legislativo; Realização de mutirões de consensualidade em 2025 em processos de saúde, com audiências para acordos: o primeiro em Salvador presencialmente e em todas as demais comarcas do interior (de forma virtual) e o segundo na comarca de Feira de Santana nos meses de Abril e Novembro; Tratativas para a implementação de um CEJUSC (Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania) nas instalações da PGE em Feira de Santana; Criação de novas dispensas recursais com base na jurisprudência atualizada. A PGE integrou a Comissão Regional de Soluções de Conflitos Fundiários (CRSF), sob a coordenação do Desembargador Cláudio Cesare, representando a Procuradoria Geral do Estado da Bahia nas discussões voltadas à regularização fundiária e à pacificação de litígios possessórios e dominiais. Durante os trabalhos da Comissão, foram identificadas e selecionadas 20 (vinte) ações discriminatórias na região oeste do Estado, destinadas à análise técnica e jurídica conjunta, com o objetivo de promover o saneamento processual, a definição de estratégias de atuação e o fortalecimento da defesa do patrimônio público estadual.
440-C13 - I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)	
2024	Contratações do PROFISCO II, com destaque para a construção do Data Lake e o projeto de transformação digital da Dívida Ativa; Implantação do novo sistema de gestão de processos judiciais; Conclusão das entregas previstas no contrato de Encomenda Tecnológica em 2025; Conclusão da implantação da metodologia OKR na gestão da PGE; Conclusão do Novo Planejamento Estratégico utilizando metodologia ágil e OKR; Firmada Cooperação Internacional entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a PGE, tendo como objeto: o desenvolvimento de soluções jurídicas inovadoras e eficientes; Implantação do Grupo Intersetorial de Demanda de Saúde, como novo modelo de gestão da demanda relativa à judicialização da saúde.
2025	Prosseguimento do desenvolvimento e ampliação do Data Lake e do projeto de transformação digital da Dívida Ativa; Início da operacionalização efetiva do da Cooperação Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), tendo como objeto: o desenvolvimento de soluções jurídicas inovadoras e eficientes; Contratação no âmbito do PROFISCO II do módulo de sistema de gestão de precatórios e RPVs para integração com o sistema finalístico da PGE e sistemas financeiros do Estado Integração de Inteligência Artificial Generativa no sistema processual da PGE, com desenvolvimento de prompts específicos para cada funcionalidade; Revisão das tabelas de assuntos e movimentações processuais no âmbito do sistema processual da PGE, de modo a otimizar a classificação de processos, uso de IA e automação de fluxos; Deflagração de projeto para criação do Grupo Intersetorial de Demanda de Pessoal, de forma a aprimorar o tratamento dessa demanda no Estado.

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
440-C13 - I0006 - Promover a implementação e integração de projetos de gestão de pessoas e gestão do conhecimento na Procuradoria Geral do Estado (PGE)	
2024	Elaboração do novo modelo de estrutura organizacional destinada à coordenação das atividades relativas à gestão de pessoas na PGE, com previsão no projeto de Nova Lei Orgânica. Em 2024, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento da PGE realizou uma série de eventos com grande participação, abordando temas jurídicos, sociais e culturais, além de proporcionar aos servidores a participação em diversos cursos e congressos externos ao longo de 2024.
2025	Em 2025, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento da PGE realizou uma série de eventos com grande participação, abordando temas jurídicos, sociais e culturais, além de proporcionar aos servidores a participação em diversos cursos e congressos externos. Elaboração de Termo de Referência para contratação via Programa das Nações Unidas (PNUD) de consultoria para definição de parâmetros da política de gestão de pessoas na PGE; Ampliação das iniciativas de bem-estar, com a reformulação da governança; a criação do Programa Bem-me-Quer e a contratação do SESI, visando medidas de acolhimento, auxílio voltado à saúde mental dos colaboradores e atividades correlatas; Deflagração do Projeto PGE Por Elas, visando ampliar ações para equidade de gênero e combate ao assédio e violência de gênero em todas as suas formas; Aprovação da Nova Lei Orgânica da PGE contendo previsão específica sobre estrutura organizacional destinada à coordenação das atividades relativas à gestão de pessoas.
441-C2 - I0001 - Aperfeiçoar as ações de cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa	
2024	Adoção de uma sistemática de Data Intelligence (Data Lake): Utilizado para gerar informações descritivas, que nos permitem uma visão clara do montante atual da dívida ativa e sua distribuição por diversos parâmetros, facilitando a gestão eficiente. Além disso, estamos a produzir previsões (análise preditiva) sobre a probabilidade de recebimento, permitindo a priorização de ações com base nos cenários mais favoráveis de recuperação (construção de um rating da Dívida Ativa); Implantação da Plataforma de Dívida Ativa: Trata-se de uma solução automatizada para a gestão da dívida ativa, com foco na otimização de processos, como a cobrança, e em outros fluxos relacionados, garantindo maior agilidade e eficiência operacional. Atualmente em fase de modelagem, a estimativa é que a operação inicie em 2025. Ambas as iniciativas foram viabilizadas com recursos do PROFISCO II, que tem sido fundamental para a transformação digital da Dívida Ativa, ao proporcionar automação, inteligência e uma gestão mais estratégica dos débitos. Essas ações são parte central do esforço para potencializar a recuperação da Dívida Ativa, alinhadas à modernização fiscal e à transformação digital, essenciais para garantir sua eficiência.
2025	Adoção de uma sistemática de Data Intelligence (Data Lake): implementação voltada à consolidação e análise integrada dos dados da Dívida Ativa. O sistema permite a geração de informações descritivas que proporcionam uma visão clara e dinâmica do montante total da dívida e de sua distribuição por diversos parâmetros, apoiando uma gestão mais eficiente e baseada em evidências. Entre os resultados, destaca-se a criação de um modelo de rating, que possibilita a segmentação dos débitos conforme a probabilidade de recuperação, orientando a alocação estratégica dos esforços de cobrança. Implantação do Programa de Transformação Digital da Dívida Ativa: estruturado em três eixos principais, o programa visa modernizar e otimizar a gestão da dívida, com foco em tecnologia, automação e atendimento ao cidadão. São eles: 1) Chatbot generativo - já implementado, permite interação em linguagem natural com as informações do Data Lake, ampliando o acesso e a transparência dos dados. 2) Portal da Dívida Ativa - oferece novos serviços e funcionalidades a cidadãos e empresas, como consultas, pedidos de transação fiscal e atendimento digital

Órgão: PGE

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
	integrado. 3) Plataforma de automação de processos – atualmente em fase de modelagem, consiste em uma solução automatizada para a gestão da dívida ativa, com foco na otimização dos fluxos de cobrança e em atividades correlatas, promovendo maior agilidade e eficiência operacional. As iniciativas da Transformação Digital da Dívida Ativa contam com o apoio financeiro do PROFISCO II, cujo aporte tem sido essencial para impulsionar o uso de tecnologia, inteligência e práticas de gestão estratégica.

O quadro a seguir mostra as iniciativas do programa para as quais não houve programação de ação orçamentária nem de custo específico ou inespecífico no orçamento do ano. Assim, apresenta o relato sobre como essa iniciativa se relaciona com o alcance dos objetivos definidos nos Compromissos do Programa ou a situação da sua implementação.

Órgão: PGE

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
440-C13 - I0003 - Assumir as atividades de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias (incluindo as universidades) e fundações públicas, mediante estudo de viabilidade	
2024	Constituição do Grupo de Trabalho pela Portaria PGE nº 051/2024 para planejamento da assunção do DETRAN e efetiva assunção dessa autarquia em outubro de 2024, conforme Portarias PGE nº 170 e 173, ambas de setembro de 2024. Firmando ainda pela PGE e DETRAN o Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2024 para viabilizar a estrutura necessária à assunção.
2025	Assunção das atividades de representação jurídica do HEMOBA.
440-C13 - I0004 - Monitorar fluxo contínuo de comunicação e análise por parte dos gestores públicos a partir dos relatórios do Projeto Pagou Porque	
2024	O Comitê do Projeto "Pagou Por Quê?" promoveu ações para a coleta dos dados de pagamentos dos precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs do ano de 2023, junto ao Tribunal de Justiça e SEFAZ, bem como análise desses dados com foco na prevenção do litígio. Já foi protocolado o Relatório RPV 2022, contendo a análise do pagamento de RPVs em 2022, com 15 recomendações para a prevenção do litígio. As recomendações do Projeto Pagou Por Quê foram apresentadas ao Conselho de Política de Recursos Humanos - COPE em reunião do dia 05/03/24 e na PGE no dia 16/10/24. A PGE está investindo em modelos de Inteligência Artificial para identificação

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
	e captura dos dados para alimentação do painel BI e tem avançado na estimativa do tempo médio de tramitação e mapa de localização do litígio, o que tem garantido um caminho seguro para a política de prevenção do litígio e da consensualidade. Por fim, o Comitê tem buscado avançar na análise dos dados dos precatórios inscritos, o que possibilitará uma visão mais completa do custo do litígio, além da elaboração de um roteiro de alerta para os gestores e o aperfeiçoamento da estratégia de divulgação.
2025	O Comitê do Projeto "Pagou Por Quê?" promoveu ações para a coleta dos dados de pagamentos dos precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs junto ao Tribunal de Justiça e SEFAZ, bem como análise desses dados com foco na prevenção do litígio. Apresentação de dados do painel BI do Programa "Pagou Por Quê?" no âmbito do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais.

1.3.1. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Avanços e Conformidades

Esta seção do relatório analisa os avanços e conformidades da execução orçamentário-financeira e física da ação orçamentária. Os quadros abaixo apresentam as ações orçamentárias que demonstraram compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física, com desempenho Bom ou Ótimo nos conceitos atribuídos a essas execuções. Esses quadros, também contemplam as ações em que houve a identificação da alocação de recursos liquidados e da entrega em pelo menos um Território de Identidade. Além disso, o beneficiário da ação governamental foi determinado e quantificado em pelo menos uma entrega. Essa análise permite verificar se a execução da ação orçamentária está de acordo com o planejamento estabelecido e possibilita o acompanhamento dos avanços alcançados.

Órgão	PGE
Programa	440 - Planeja Bahia
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado
Iniciativa	I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)

Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	5539 - Aperfeiçoamento de Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	2.700,00	3.799,28	0,00	3.529,74	3.529,74	92,91	Ótimo
2025	7.600,00	6.129,95	0,00	5.390,84	5.390,84	87,94	Bom
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2664 - Sistema de TIC aperfeiçoado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
2025	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			1,00	1,00	3.529,74	5.390,84	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			

		2024	2025
Servidor Público da PGE		0,00	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	

Órgão	PGE						
Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos						
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público						
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	7852 - Ampliação de Edifício Público						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	9.000,00	14.545,00	0,00	7.450,07	7.365,81	51,22	Regular
2025	3.500,00	3.500,00	0,00	3.237,32	3.237,32	92,49	Ótimo
Ano	Execução Física						

	Produto da Ação Orçamentária			164 - Edifício público ampliado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			0,00	1,00	7.450,07	3.237,32	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
-				-		-	
Administração Pública				-		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve o registro do motivo			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			

1.3.2. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidade de Melhoria

Esta seção do relatório analisa as oportunidades de melhoria da execução orçamentário-financeira e física da ação orçamentária. Os quadros abaixo apresentam as ações orçamentárias que demonstraram alguma inconformidade na compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física ou desempenho Muito Baixo, Baixo ou Regular nos conceitos atribuídos a essas execuções. Esses quadros, também contemplam as ações que apresentaram compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física ou desempenho Bom ou Ótimo, porém, não houve a identificação da alocação de recursos liquidados e da entrega em pelo menos um Território de Identidade. Além disso, contempla, a ação governamental em que o beneficiário foi indeterminado ou determinado, porém, não quantificado em pelo menos uma entrega. Essa análise permite verificar se a execução da ação orçamentária está em desacordo com o planejamento e identificar oportunidades para melhorar os processos da implementação da política pública.

Órgão	PGE						
Programa	412 - Trabalho Decente						
Compromisso	C3 - Promover a inserção no mundo do trabalho de estudantes e egressos da educação profissional técnica de nível médio da rede pública estadual e da educação superior, com a garantia de direitos e relações de trabalho decentes, em especial das questões de raça, etnia, gênero, de baixa renda e pessoas com deficiência						
Iniciativa	I0011 - Disponibilizar vagas para estágio da educação superior e pós-graduação em órgãos e entidades públicas						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	4131 - Administração de Bolsa Estágio de Nível Superior - Partiu Estágio/Mais Futuro						
Compatibilidade	Não						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.098,00	198,00	0,00	188,68	188,68	95,29	Ótimo

2025	739,00	274,14	0,00	271,96	271,96	99,20	Ótimo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2686 - Vaga de estágio ocupada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	122,00	122,00	92,00	0,00	30,00	24,59	Muito Baixo
2025	122,00	122,00	86,00	0,00	36,00	29,51	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade		Quantidade Concluída		Valor liquidado			
		2024	2025	2024	2025		
Bacia do Rio Grande		5,00	5,00	-	-		
Estado		0,00	0,00	188,68	271,96		
Extremo Sul		1,00	2,00	-	-		
Litoral Sul		1,00	3,00	-	-		
Metropolitano de Salvador		14,00	15,00	-	-		
Portal do Sertão		4,00	4,00	-	-		
Sertão do São Francisco		2,00	2,00	-	-		
Sudoeste Baiano		3,00	5,00	-	-		
Público Beneficiário							

Público		Quantidade	
		2024	2025
Estudante da Rede Estadual de Ensino Superior		30,00	24,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve o registro do motivo	-	
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada	A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.	
2025	Não houve o registro do motivo	-	

Órgão	PGE
Programa	412 - Trabalho Decente
Compromisso	C3 - Promover a inserção no mundo do trabalho de estudantes e egressos da educação profissional técnica de nível médio da rede pública estadual e da educação superior, com a garantia de direitos e relações de trabalho decentes, em especial das questões de raça, etnia, gênero, de baixa renda e pessoas com deficiência
Iniciativa	I0011 - Disponibilizar vagas para estágio da educação superior e pós-graduação em órgãos e entidades públicas
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	4154 - Administração de Bolsa Estágio de Pós-Graduação
Compatibilidade	Não
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)

	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2025	355,00	148,00	0,00	141,94	141,94	95,91	Ótimo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2686 - Vaga de estágio ocupada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2025	10,00	154,00	121,00	0,00	33,00	21,43	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2025		2025		
Bacia do Rio Grande			2,00		-		
Estado			0,00		141,94		
Extremo Sul			2,00		-		
Litoral Sul			1,00		-		
Metropolitano de Salvador			24,00		-		
Portal do Sertão			3,00		-		
Sudoeste Baiano			1,00		-		
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			

		2025
Estudante de pós-graduação		148,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada	A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.

Órgão	PGE						
Programa	440 - Planeja Bahia						
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado						
Iniciativa	I0001 - Promover a advocacia preventiva						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	2416 - Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Assessoramento Jurídico do Estado						
Compatibilidade	Não						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.000,00	1.070,00	0,00	899,23	899,23	84,04	Bom

2025	1.056,00	980,52	0,00	878,36	878,36	89,58	Bom
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			537 - Representação judicial e extrajudicial realizada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	150,00	150.000,00	51.288,00	0,00	98.712,00	65,81	Regular
2025	170.000,00	170.000,00	104.702,00	0,00	65.298,00	38,41	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			98.712,00	65.298,00	899,23	878,36	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Administração Pública e Sociedade				0,00		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada			O Orçamento da PGE é executado através de 02 (duas) Unidades Orçamentárias: UO 06101 (Diretoria Geral) e UO 06601 (Fundo de Modernização). Sendo assim, quando uma Ação Orçamentária apresenta execução física zerada ou abaixo do planejado em uma Unidade			

Orçamentária, consequentemente a execução estará sendo realizada na outra Unidade Orçamentária. Vale ressaltar que algumas Ações Orçamentárias são executadas nas 02 Unidades Orçamentárias, ou seja, tanto são pagas despesas com recursos do Tesouro como são pagas despesas com recursos do Fundo de Modernização.

Órgão	PGE						
Programa	440 - Planeja Bahia						
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado						
Iniciativa	I0002 - Aprimorar o enfrentamento da litigiosidade mediante adoção de outros meios adequados de resolução de conflitos, inclusive com a criação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos da Administração Pública Estadual						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	2416 - Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Assessoramento Jurídico do Estado						
Compatibilidade	Não						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	908,00	908,00	0,00	37,93	37,93	4,18	Muito Baixo
2025	1.444,00	1.494,00	0,00	17,46	17,46	1,17	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			537 - Representação judicial e extrajudicial realizada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito

2024	150,00	150.000,00	58.011,00	0,00	91.989,00	61,33	Regular
2025	170,00	170.000,00	98.684,00	0,00	71.316,00	41,95	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			91.989,00	71.316,00	37,93	17,46	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Administração Pública e Sociedade				0,00		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve o registro do motivo			-			
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada			O Orçamento da PGE é executado através de 02 (duas) Unidades Orçamentárias: UO 06101 (Diretoria Geral) e UO 06601 (Fundo de Modernização). Sendo assim, quando uma Ação Orçamentária apresenta execução física zerada ou abaixo do planejado em uma Unidade Orçamentária, consequentemente a execução estará sendo realizada na outra Unidade Orçamentária. Vale ressaltar que algumas Ações Orçamentárias são executadas nas 02 Unidades Orçamentárias, ou seja, tanto são pagas despesas com recursos do Tesouro como são pagas despesas com recursos do Fundo de Modernização.			

Órgão	PGE
-------	-----

Programa	440 - Planeja Bahia						
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado						
Iniciativa	I0002 - Aprimorar o enfrentamento da litigiosidade mediante adoção de outros meios adequados de resolução de conflitos, inclusive com a criação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos da Administração Pública Estadual						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	5731 - Implantação de Núcleo de Conciliação da Procuradoria Geral do Estado						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1817 - Núcleo de conciliação implantado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			

		2024	2025
-		-	-
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	

Órgão	PGE						
Programa	440 - Planeja Bahia						
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado						
Iniciativa	I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	4703 - Operação do Sistema de Gerenciamento de Processo - PGENet						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.560,00	1.551,38	0,00	551,38	551,38	35,54	Baixo
2025	1.198,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Ano	Execução Física						

	Produto da Ação Orçamentária			1804 - Sistema PGENet em operação			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50,00	Baixo
2025	2,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			1,00	0,00	551,38	0,00	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Administração Pública Estadual				0,00	-		
-				-			
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			

Órgão	PGE						
Programa	440 - Planeja Bahia						
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado						
Iniciativa	I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	5121 - Implantação de Inteligência de Negócio na Procuradoria Geral do Estado						
Compatibilidade	Não						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.285,00	1.245,00	0,00	781,36	781,36	62,76	Regular
2025	2.222,00	2.602,00	0,00	481,48	481,48	18,50	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2614 - Inteligência de negócio implantada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50,00	Baixo
2025	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50,00	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		

	2024	2025	2024	2025
Metropolitano de Salvador	1,00	1,00	781,36	481,48
Público Beneficiário				
Público	Quantidade			
	2024		2025	
Servidor Público da PGE	0,00		0,00	
Sociedade	0,00		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física		Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física		-	
2025	Não houve o registro do motivo		-	
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada		O Orçamento da PGE é executado através de 02 (duas) Unidades Orçamentárias: UO 06101 (Diretoria Geral) e UO 06601 (Fundo de Modernização). Sendo assim, quando uma Ação Orçamentária apresenta execução física zerada ou abaixo do planejado em uma Unidade Orçamentária, consequentemente a execução estará sendo realizada na outra Unidade Orçamentária. Vale ressaltar que algumas Ações Orçamentárias são executadas nas 02 Unidades Orçamentárias, ou seja, tanto são pagas despesas com recursos do Tesouro como são pagas despesas com recursos do Fundo de Modernização.	

Órgão	PGE
Programa	440 - Planeja Bahia
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado

Iniciativa		I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)					
Prioridade da LDO		Não					
Ação Orçamentária		7033 - Modernização do Serviço de Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral do Estado					
Compatibilidade		Não					
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	12.165,00	17.170,75	0,00	13.582,29	12.895,66	79,10	Bom
2025	17.311,00	24.055,29	0,00	16.790,20	16.790,20	69,80	Regular
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			934 - Serviço de tecnologia da informação modernizado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100,00	Ótimo
2025	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			2,00	2,00	13.582,29	16.790,20	
Público Beneficiário							

Público		Quantidade	
		2024	2025
Servidor Público da PGE		0,00	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	
2025	Não houve o registro do motivo	-	
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada	A informação sobre defasagem está incorreta, pois não está de acordo com os registros da execução física da ação orçamentária validada pela APG	

2025	2.952,00	4.702,00	0,00	3.073,87	3.073,87	65,37	Regular
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1254 - Evento de capacitação realizado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	50,00	150,00	51,00	0,00	96,00	64,00	Regular
2025	80,00	220,00	29,00	0,00	191,00	86,82	Bom
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			96,00	191,00	1.571,85	3.073,87	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024	2025		
Servidor Público da PGE				0,00	5.607,00		
Procuradores				-	1.312,00		
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			

Órgão	PGE						
Programa	440 - Planeja Bahia						
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado						
Iniciativa	I0006 - Promover a implementação e integração de projetos de gestão de pessoas e gestão do conhecimento na Procuradoria Geral do Estado (PGE)						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	5727 - Implementação de Gestão Estratégica de Pessoas da Procuradoria Geral do Estado						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	203,00	203,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1814 - Gestão estratégica implementada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
2025	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo
Público Beneficiário							

Público		Quantidade	
		2024	2025
-		-	-
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-	

Órgão	PGE						
Programa	441 - Gestão Fiscal						
Compromisso	C2 - Potencializar a recuperação da dívida ativa do Estado						
Iniciativa	I0001 - Aperfeiçoar as ações de cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	5730 - Aperfeiçoamento da Cobrança Judicial e Extrajudicial de Débitos Tributários e Não Tributários						
Compatibilidade	Não						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	370,00	358,65	0,00	154,59	154,59	43,10	Baixo
2025	496,00	400,51	0,00	171,05	171,05	42,71	Baixo

Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1816 - Cobrança judicial e extrajudicial aperfeiçoada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50,00	Baixo
2025	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100,00	Ótimo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade		Quantidade Concluída		Valor liquidado			
		2024	2025	2024	2025		
Estado		1,00	2,00	154,59	171,05		
Público Beneficiário							
Público			Quantidade				
			2024	2025			
Sociedade			0,00	0,00			
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			
2025	Não houve o registro do motivo			-			
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada			O Orçamento da PGE é executado através de 02 (duas) Unidades Orçamentárias: UO 06101 (Diretoria Geral) e UO 06601 (Fundo de Modernização). Sendo assim, quando uma Ação Orçamentária apresenta execução física zerada em uma Unidade Orçamentária,			

consequentemente a execução estará sendo realizada na outra Unidade Orçamentária. Vale ressaltar que algumas Ações Orçamentárias são executadas nas 02 Unidades Orçamentárias, ou seja, tanto são pagas despesas com recursos do Tesouro como são pagas despesas com recursos do Fundo de Modernização.

Órgão	PGE						
Programa	442 - Gestão de Serviços Públicos						
Compromisso	C4 - Aperfeiçoar a gestão do acervo documental (físico e digital) e a preservação da memória institucional do Estado						
Iniciativa	I0008 - Preservar o acervo documental da Procuradoria Geral do Estado (PGE)						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	4704 - Preservação do Acervo Documental da Procuradoria Geral do Estado						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.100,00	1.633,53	0,00	1.022,66	1.022,66	62,60	Regular
2025	1.220,00	2.441,64	0,00	1.551,08	1.551,08	63,53	Regular
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1403 - Acervo documental preservado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito

2024	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100,00	Ótimo
2025	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50,00	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Metropolitano de Salvador			2,00	1,00	1.022,66	1.551,08	
Público Beneficiário							
Público				Quantidade			
				2024		2025	
Administração Pública Estadual				0,00		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve o registro do motivo			-			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			O Orçamento da PGE é executado através de 02 (duas) Unidades Orçamentárias: UO 06101 (Diretoria Geral) e UO 06601 (Fundo de Modernização). Sendo assim, quando uma Ação Orçamentária apresenta execução física zerada ou abaixo do planejado em uma Unidade Orçamentária, consequentemente a execução estará sendo realizada na outra Unidade Orçamentária. Vale ressaltar que algumas Ações Orçamentárias são executadas nas 02 Unidades Orçamentárias, ou seja, tanto são pagas despesas com recursos do Tesouro como são pagas despesas com recursos do Fundo de Modernização.			
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			-			

Órgão	PGE						
Programa	444 - Bahia Participativa						
Compromisso	C4 - Ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, atos oficiais e demais comunicações governamentais						
Iniciativa	I0012 - Aprimorar os processos de comunicação interna e externa da Procuradoria Geral do Estado (PGE)						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	3222 - Aprimoramento de Processo de Comunicação Interna e Externa da Procuradoria Geral do Estado - PGE						
Compatibilidade	Não						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.100,00	1.023,12	0,00	21,55	21,55	2,11	Muito Baixo
2025	584,00	542,11	0,00	33,19	33,19	6,12	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2763 - Processo de comunicação aperfeiçoado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50,00	Baixo
2025	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50,00	Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		

	2024	2025	2024	2025
Estado	1,00	1,00	21,55	33,19
Público Beneficiário				
Público	Quantidade			
	2024		2025	
Procuradoria Geral do Estado - PGE	0,00		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física		Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve o registro do motivo		-	
2025	Descreva o motivo, não identificado nos itens anteriores, que influenciou a defasagem apresentada		O Orçamento da PGE é executado através de 02 (duas) Unidades Orçamentárias: UO 06101 (Diretoria Geral) e UO 06601 (Fundo de Modernização). Sendo assim, quando uma Ação Orçamentária apresenta execução física zerada ou abaixo do planejado em uma Unidade Orçamentária, consequentemente a execução estará sendo realizada na outra Unidade Orçamentária. Vale ressaltar que algumas Ações Orçamentárias são executadas nas 02 Unidades Orçamentárias, ou seja, tanto são pagas despesas com recursos do Tesouro como são pagas despesas com recursos do Fundo de Modernização.	
2025	Não houve o registro do motivo		-	

Órgão	PGE
Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo

Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	5206 - Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	1.850,00	1.926,27	0,00	842,30	762,94	43,73	Baixo
2025	2.530,00	3.828,00	0,00	1.488,81	1.488,02	38,89	Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			826 - Unidade da procuradoria reformada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	12,00	12,00	6,00	0,00	6,00	50,00	Baixo
2025	12,00	13,00	9,00	1,00	3,00	23,08	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade		Quantidade Concluída		Valor liquidado			
		2024	2025	2024	2025		
Litoral Sul		2,00	0,00	1,55	0,00		
Metropolitano de Salvador		2,00	2,00	837,07	1.488,81		
Portal do Sertão		1,00	0,00	3,65	0,00		

Sudoeste Baiano	1,00	0,00	0,03	0,00
Extremo Sul	-	1,00	-	0,00
Público Beneficiário				
Público	Quantidade			
	2024		2025	
Administração Pública Estadual	0,00		0,00	
Servidor Público da PGE	0,00		0,00	
Sociedade	0,00		0,00	
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física		Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física		-	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física		A iniciativa é de responsabilidade da Saeb, contudo, possui caráter transversal, estando estruturada como ação “guarda-chuva”, que agrega ações orçamentárias executadas por diversas unidades orçamentárias do Executivo. Dessa forma, a explicação da defasagem na execução físico-financeira deve ser apresentada pela respectiva unidade responsável pela ação específica, uma vez que a atuação desta Secretaria se limita exclusivamente às ações sob sua competência direta.	
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física		-	

Órgão	PGE
Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos
Compromisso	C2 - Aperfeiçoar a governança das compras e contratações públicas do Poder Executivo Estadual

Iniciativa		I0007 - Aparelhar unidades do Poder Executivo Estadual					
Prioridade da LDO		Não					
Ação Orçamentária		3194 - Aparelhamento de Unidade do Poder Executivo					
Compatibilidade		Sim					
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	2.888,00	3.339,82	0,00	596,78	596,78	17,87	Muito Baixo
2025	2.820,00	5.320,00	0,00	685,06	685,06	12,88	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			2740 - Unidade do Executivo aparelhada			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	7,00	13,00	5,00	0,00	1,00	7,69	Muito Baixo
2025	7,00	7,00	6,00	0,00	1,00	14,29	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade			Quantidade Concluída		Valor liquidado		
			2024	2025	2024	2025	
Estado			0,00	0,00	596,78	685,06	
Metropolitano de Salvador			1,00	1,00	-	-	

Público Beneficiário		
Público	Quantidade	
	2024	2025
Órgão da Administração Pública	0,00	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-

1.3.3. Índice das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e da Previsão dos Restos a Pagar

Esta seção destaca o índice de despesa de exercícios anteriores - DEA – que é a despesa de exercício encerrado, para a qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-la, ou que não se tenha processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. Ademais, destaca, também, a previsão de restos a pagar, que são as despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício. O objetivo desses índices é evidenciar fatos que ocorrem na execução da ação orçamentária e podem comprometer a eficiência da ação governamental. Menores valores desses índices refletem menores intercorrências na execução do que foi planejado no orçamento anual, com cumprimento do cronograma de pagamento das obrigações assumidas com terceiros para execução da política pública. São indicadores que visam medir a excelência dos processos internos na perspectiva do esforço governamental.

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Órgão, por Programa

Ano:2024		
Órgão/Programa/Ação	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
PGE	50,37	0,16
440 - Planeja Bahia	17,44	0,08
7033 - Modernização do Serviço de Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral do Estado	14,07	0,10
1260 - Capacitação de Procurador e Servidor	3,15	0,20
2416 - Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Assessoramento Jurídico do Estado	0,22	0,02
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	32,93	0,37
7852 - Ampliação de Edifício Público	32,93	0,44

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Órgão, por Programa

Ano:2025		
Órgão/Programa/Ação	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
PGE	183,00	0,53
440 - Planeja Bahia	72,48	0,27
7033 - Modernização do Serviço de Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral do Estado	58,38	0,35
1260 - Capacitação de Procurador e Servidor	13,49	0,44

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Órgão, por Programa

Ano:2025		
Órgão/Programa/Ação	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
2416 - Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Assessoramento Jurídico do Estado	0,61	0,07
441 - Gestão Fiscal	1,90	1,11
5730 - Aperfeiçoamento da Cobrança Judicial e Extrajudicial de Débitos Tributários e Não	1,90	1,11
442 - Gestão de Serviços Públicos	31,95	2,06
4704 - Preservação do Acervo Documental da Procuradoria Geral do Estado	31,95	2,06
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	76,67	1,42
7852 - Ampliação de Edifício Público	76,67	2,37

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2024		
Órgão/Programa/Ação	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
Órgão: PGE	5.113,92	14,41
440 - Planeja Bahia	3.619,21	15,15
7033 - Modernização do Serviço de Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral do Estado	2.884,24	18,28
1260 - Capacitação de Procurador e Servidor	303,66	16,20

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2024		
Órgão/Programa/Ação	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
5539 - Aperfeiçoamento de Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação	269,54	7,09
441 - Gestão Fiscal	14,05	8,33
5730 - Aperfeiçoamento da Cobrança Judicial e Extrajudicial de Débitos Tributários e Não	14,05	8,33
442 - Gestão de Serviços Públicos	108,41	9,58
4704 - Preservação do Acervo Documental da Procuradoria Geral do Estado	108,41	9,58
444 - Bahia Participativa	1,58	6,81
3222 - Aprimoramento de Processo de Comunicação Interna e Externa da Procuradoria Geral do	1,58	6,81
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	1.370,66	13,58
7852 - Ampliação de Edifício Público	1.242,21	14,43
5206 - Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado	128,46	14,41

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2025		
Órgão/Programa/Ação	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
Órgão: PGE	6.049,22	15,02

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2025

Órgão/Programa/Ação	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
440 - Planeja Bahia	3.760,73	12,37
7033 - Modernização do Serviço de Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral do Estado	2.019,82	10,74
5539 - Aperfeiçoamento de Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação	739,11	12,06
1260 - Capacitação de Procurador e Servidor	673,62	17,98
441 - Gestão Fiscal	31,33	15,48
5730 - Aperfeiçoamento da Cobrança Judicial e Extrajudicial de Débitos Tributários e Não	31,33	15,48
442 - Gestão de Serviços Públicos	92,61	5,63
4704 - Preservação do Acervo Documental da Procuradoria Geral do Estado	92,61	5,63
444 - Bahia Participativa	8,92	21,19
3222 - Aprimoramento de Processo de Comunicação Interna e Externa da Procuradoria Geral do	8,92	21,19
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	2.155,63	28,49
5206 - Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado	2.155,63	59,16